

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
INSTITUTO DE HISTÓRIA – INHIS

SAULO GUILHERME ROSA SOARES

LEITURAS E INTERPRETAÇÕES DO BRASIL NAS PÁGINAS DA REVISTA
CULTURA POLÍTICA (1941-1942).

UBERLÂNDIA

2015

SAULO GUILHERME ROSA SOARES

LEITURAS E INTERPRETAÇÕES DO BRASIL NAS PÁGINAS DA REVISTA
CULTURA POLÍTICA (1941-1942).

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção de título de Bacharel em História.

Orientador: Professor Doutor Paulo Sérgio da Silva

UBERLÂNDIA

2015

SAULO GUILHERME ROSA SOARES

LEITURAS E INTERPRETAÇÕES DO BRASIL NAS PÁGINAS DA REVISTA
CULTURA POLÍTICA (1941-1942).

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Silva

Orientador/Presidente

Prof.^a Dr.^a Mônica Brincalepe Campo

1^a Examinadora

Prof.^aMst. Ana Paula da Silva (FCHCS/UNESP)

2^a Examinadora

AGRADECIMENTOS

Que as primeiras palavras deste texto sejam de agradecimentos.

Durante todas as fases da minha graduação, contei com a colaboração de muitas pessoas, a quem agradeço de coração.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Sérgio da Silva, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, pelo incentivo, estímulo, paciência e dedicação nas diversas orientações.

Aos demais professores e profissionais do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

A todos os colegas da 37ª Turma de História, que muito me ajudaram durante esses anos de graduação.

Aos meus pais Maria Rosa Soares e Joaquim Soares por todo apoio recebido durante os meus anos de vida, ao meu irmão pelo estímulo silencioso e aos meus familiares, primos e tios, sem eles não poderia ter conquistado vitórias como essa.

A(s)os amigos(as), em especial, Sebastião Carbelim, pelo incentivo, apoio, companheirismo, carinho e dedicação, devotados a minha pessoa.

A todos o meu muito obrigado!

SUMÁRIO

Introdução	06
Parte 01: Estado Novo: implantação, novas leituras e mecanismo de difusão ideológica e de afirmação política.	
1.1 – O Estado Novo: traços gerais.....	10
1.2 – Na esteira da legitimidade: leituras intelectuais e apoios sociais.	15
1.3 - Sobre o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e Revista Cultura e Política.	19
Parte 02: Leituras e interpretações do Brasil nas páginas da Revista Cultura e Política (1941-1942).	
2.1 – Novos propósitos políticos e valores sociais: mudança política, desenvolvimento e trabalho.	24
2.2 – A superação do passado de atraso social por um presente de avanços e de novas garantias.	30
2.3 – Um novo homem: a modernização via educação.	35
2.4 – Problemas socioeconômicos: a fome, a destruição e o nordeste.	39
2.5 - Entre o passado inglório, o presente renovador e um futuro de prosperidade. -	46
Considerações Finais	50
Fontes documentais	52
Bibliografia	53

INTRODUÇÃO

Ao historiador compete o desafio de retomar o estudo de passado de forma a compreendê-lo, ainda que através de recortes, feitos com inspirações pessoais. A escolha do tema desta monografia remonta aos tempos de ensino fundamental e médio, período em que se consolidou a minha vontade em estudar a história do Brasil, notadamente o período entre 1930 e 1945.

Com o propósito de elaborar uma pesquisa sobre este período, procurei o Prof.º Dr.º Paulo Sérgio da Silva para ser meu orientador. Durante as nossas primeiras conversas ele me apresentou a sua obra: *A Constituição brasileira de 10 de novembro de 1937* em que promoveu o diálogo entre a contextualização histórica do processo político vinculado à implantação do Estado Novo e a sua outorga e também a análise normativa do documento jurídico que marcou o início do Estado Novo, cuja leitura me trouxe uma série de informações sobre esse período político.

Interessado pelo Estado Novo, identifiquei nas ações de divulgação e propaganda do DIP um possível objeto de estudo, foi quando entrei em contato com a Revista Cultura Política, permeada de textos, editoriais, sessões que divulgavam leituras e interpretações peculiares da realidade social, política e econômica brasileira. Não resisti ao chamamento e assumi o desafio de analisar as suas edições entre os meses de Março de 1941, ano do lançamento do primeiro exemplar, à Março de 1942, que marcou a edição de um volume comemorativo pelos 04 anos do Estado Novo.

Os objetivos definidos foram reconstituir, explicar, analisar as leituras e interpretações sobre as condições sociais, política e econômicas da realidade nacional, identificadas à época e as perspectivas sobre a organização e o funcionamento do Estado Novo, suas motivações, inspirações e objetivos expressas nos editoriais da Revista Cultura Política.

Partiu-se aqui da perspectiva de que o documento não fala por si só, mas necessitam de questionamentos, indagações adequadas. Assim sendo, as 13 edições da Revista Cultura Política analisadas foram confrontadas com tal corpus documental foi confrontado com a sociedade da época. Considera-se que a “*história*

real é construída por homens reais, vivendo relações de dominação e subordinação em todas as dimensões do social, daí resultando processos de dominação e resistência".¹O que implica em aceitar o desafio que *"apreender e incorporar essa experiência vivida é fazer retornar homens e mulheres não como sujeitos passivos e individualizados, mas como pessoas que vivem situações e relações sociais determinadas, com necessidades e interesses e com antagonismos"*.²

Nesta perspectiva intencionou-se um permanentemente diálogo entre o domínio dos discursos e das práticas sugeridas nas edições da Revista Cultura Política e seu confronto/conexão com a realidade social e política da época, marcada por conflitos e antagonismos.

Nos moldes do que nos ensina Thompson este trabalho buscou explicações, tendo em conta que as evidências fazem parte de um processo e são lidas e analisadas como ícones de uma sequência de atos do acontecer. Assim embora elas possam se mostrar lacunares, em determinados pontos, os seus resultados revelados em séries são suficientes para revelar à lógica do processo, suas consequências, as formações sociais, características e como o somatório destes chegou a um dado resultado³.

Pautou-se na busca da explicação histórica que revelasse o porquê se processou dessa maneira e não de outra, na perspectiva de que *"o processo não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade; que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionam-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneira particulares e dentro de determinados campos de possibilidades"*.⁴

O texto foi organizado em duas partes. Na primeira parte, uma abordagem historiográfica do Estado Novo, relatando desde sua promulgação a afirmação e legitimidade como novo regime do governo Vargas, e a importância do DIP –

¹ PEIXOTO, Maria de Rosário da Cunha. VIEIRA, Maria do P Araújo e outros. **Pesquisa em História**. p.17. JAHAR GARCIA, Nelson. **Estado Novo. Ideologia e propaganda política**. São Paulo: Loyola, 1990.

² Idem. P.18

³ THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Ed. Zahar, 1981. p. 59

⁴ Idem. p. 61

Departamento de Imprensa e Propaganda – juntamente com os dados sobre a Revista Cultura Política e sua importância como instrumento do governo.

Na segunda parte do texto a abordagem fica por conta do diálogo com os editoriais da Revista Cultura Política, na tentativa de reconstituir, explicar, analisar as leituras e interpretações sobre as condições sociais, política e econômicas da realidade nacional, identificadas à época e as perspectivas sobre a organização e o funcionamento do Estado Novo, suas motivações, inspirações e objetivos, assim como as propagandas do regime Estado Novo e as soluções tomadas pelo governo varguista para os problemas do país.

Parte 01

Estado Novo: implantação, novas leituras e mecanismo de difusão ideológica e de afirmação política.

1.1 – O Estado Novo: traços gerais

Na madrugada chuvosa de 10 de novembro de 1937, o Senado e a Câmara dos Deputados foram cercados por soldados da força policial do Distrito Federal, impedindo-se a entrada dos legisladores. Dutra preferiu evitar que o Congresso fosse fechado pelo Exército.⁵ Não houve grandes manifestações de protesto. Oitenta congressistas federais enviaram congratulações a Vargas; somente seis, entre os quais Pedro Aleixo, Presidente do Congresso, expediram mensagens de protesto — embora este número pudesse ter sido muito maior, se os deputados leais a Armando de Sales não estivessem confinados, incomunicáveis, em suas residências.

Os ministros militares divulgaram não haver sido sua a iniciativa do movimento, alegando apenas apoiar uma decisão tomada pelo Chefe da Nação e pelos líderes políticos. Um dos poucos militares a opor-se ao golpe foi o Coronel Eduardo Gomes, mas que acabou por pedir demissão do seu posto, no Primeiro Regimento de Aviação.⁶

Na manhã do dia 10, numa reunião de generais realizada no Ministério da Guerra, Dutra afirmou que dentro de dez minutos o país teria nova Constituição, e não estava exagerando, pois as prensas já rodavam os primeiros exemplares da extraordinária criação de Francisco Campos, a Constituição de 1937. Esta, assinada no Palácio do Catete, por todos os ministros, com exceção do Ministro da Agricultura, demissionário Odilon Braga, entrou imediatamente em vigor.⁷

A noite do mesmo dia, no salão nobre do palácio Guanabara, ante o microfone do Departamento de Difusão Cultural, na presença de grande número de autoridades, entre as quais os ministros de Estado, o chefe da polícia do Distrito Federal e o presidente do Tribunal de Segurança Nacional, Getúlio Vargas fez um pronunciamento à nação, acerca das alterações efetuadas na antiga ordem constitucional, pelo programa *A Hora do Brasil*.

⁵ DULLES, Jhon W. F. *Getúlio Vargas: biografia política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renes, 1976. pp; 183-6.

⁶Id. Ibid.

⁷Id. Ibid.

Em seu discurso, Vargas explicou: “o homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental não pode fugir ao dever de tomá-la.” De acordo com Vargas, naquele momento, as exigências do interesse coletivo levavam-no a adotar medidas de transformação institucional com vistas a fornecer ao governo “os meios adequados ao enfrentamento dos graves problemas que perturbavam a ordem pública”. Criticou a Constituição de 1934 e censurou o Congresso qualificando-o de “inoperante”; referiu-se também ao estado de guerra solicitado pelas Forças Armadas para fazer frente ao ressurgimento das ambições comunistas, favorecidas pelo clima confuso da campanha eleitoral. Sublinhou a crise do modelo liberal, manipulado por partidos inescrupulosos, os quais sem consciência ideológica, preso de ambições pessoais e de projetos nacionalistas, acabariam por levar o país à violência ou à guerra civil, e concluiu: "Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático".⁸

Após o anúncio do golpe, Getúlio cumpriu normalmente a sua agenda social. Seguiu com a sua família para um jantar previamente marcado na embaixada da Argentina; para a surpresa de seu amigo, o embaixador Cárcano, o compromisso não foi cancelado ou sequer adiado.⁹

No dia 10 de novembro, houve até mesmo um toque de apoio popular à implantação do Estado Novo. Naquela oportunidade, integralistas fizeram desfilar, no Rio de Janeiro, 40 mil adeptos ao lado dos militares.¹⁰ Alguns raríssimos generais que contestaram ou não manifestaram apoio público ao golpe, logo foram reformados servindo-se Getúlio, para tal, de um artigo da nova Constituição que permitia ao regime "aposentar" quem quisesse, durante os primeiros sessenta dias.

A ditadura foi implantada numa sociedade já preparada para a decretação do golpe, parecia haver o consenso de que a melhor forma de realizar o progresso

⁸DULLES, Jhon W. F. Op. Cit. pp. 183-6.

⁹ Id. Ibid.

¹⁰ Carvalho, José Murilo de. Vargas e os Militares: Aprendiz De Feiticeiro. In D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ, FGV, 1999. p. 69.

econômico e garantir a ordem social era por meio de um regime autoritário. Anacronicamente, tinha-se a impressão que a verdadeira democracia somente poderia se concretizar por meio de um governo forte, somente o Estado Novo seria capaz de moralizar as instituições, livrando-as de seus antigos vícios, permitindo a democracia.¹¹

Implantado o Estado Novo no aspecto ideológico, percebe-se que de pronto apersonalidade de Getúlio Vargas imprimiu essência própria ao novo regime, marcado pelo pragmatismo e pela multiplicidade de táticas políticas inspiradas na prática do exercício do poder e no controle das informações. O autoritarismo deu o tom, evidenciando uma postura antiliberal (pregava-se a primazia do Estado, a obediência à hierarquia e a passividade política da sociedade), nacionalista (defensora da unidade nacional, da adequação da cultura e das instituições à "realidade brasileira" e da utilização de recursos nacionais para um desenvolvimento autodeterminado) e centralizadora (como um corolário indispensável à consecução de interesses da nação, postulou-se um crescente intervencionismo nas esferas política, econômica e social).¹²

Na esfera econômica, após 1937, o Brasil, ainda ligado à agroexportação, teve o seu processo de desenvolvimento econômico direcionado para a formação de país urbano e industrial, sobretudo, por meio da ação estatal voltada para a consolidação de uma indústria de base. Pelo estilo de desenvolvimento econômico adotado, buscou-se a autonomia nacional, tencionando consolidar-se o processo de industrialização implantado após 30, no intuito de fortalecer um núcleo empresarial no país.

Vargas atuou na economia por meio de uma série de programas formulados na medida em que os problemas iam se colocando, um processo constantemente redefinido pela injunção de fatores políticos, sociais, econômicos internos e externos; tais programas, enquanto prática e estratégia política governamental apontaram na direção de um desenvolvimento baseado no mercado interno e na

¹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Historiografia do Estado Novo: visões regionais*. In: SILVA, José Werneck (org.). *O feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p. 48

¹² GOULART, Silvana. *Sob a verdade Oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990. pp. 15-17.

indústria, justificado por argumentos que foram desde a necessidade de consolidar a unidade nacional e superar o estado de miséria de grande parte da população brasileira, até o desejo de criar as condições para transformar o Brasil em uma potência.¹³

No campo administrativo, a criação do Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), a partir de 1938, promoveu reforma do funcionalismo público, de acordo com critérios burocráticos de recrutamento, execução e promoção, bem como um controle contábil e a elaboração de programas orçamentários para o funcionamento dos órgãos do Estado.

No domínio social, além de uma atenção especial ao setor habitacional,¹⁴ destacaram a ordenação e valorização do trabalho e a política educacional. Já na área trabalhista houve uma política de ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho.

Neste contexto, esteve em voga a estratégia político ideológica de combate à “pobreza”, por meio da promoção do homem brasileiro e da defesa do desenvolvimento econômico e da paz social, unificadas na meta de transformar o homem em cidadão/trabalhador (responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação) servindo-se, para tanto, da exaltação do valor do trabalho, alçado à categoria central compreendido como o único caminho capaz de fornecer ao homem cidadania e riqueza.¹⁵

A educação foi vista como o instrumento adequado para construir um povo integral, adaptado à realidade social de seu país e preparado para servi-lo. O Estado Novo interveio, fixando os postulados pedagógicos fundamentais à educação dos

¹³ CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: UNESP; FAPESP, 2000. pp. 16-7.

¹⁴ A família era considerada a célula política fundamental, núcleo da formação do cidadão. E, para que desenvolvesse a sua função, necessitava, antes de qualquer coisa, de ter onde residir; ou seja, família e casa eram como que sinônimos; daí a atenção inferida ao sistema habitacional. Acerca da questão da Habitação ver Alencar, José. Casa própria, aspiração popular. *Cultura Política*. (28). Jul. 1943 e *Cultura Política* (33), out. 1943 (O Estado Nacional e o problema das casas operárias). Sobre a política do Estado Novo, em relação à família, ver SCHWATTZMAN, Simon; BOMENY, Helena & COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

¹⁵ GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e Trabalho no Estado Novo. In. PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo. Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 55.

brasileiros a partir de valores, tais como, o culto à nacionalidade, à disciplina, ao trabalho e a moral.¹⁶ Neste campo, cabe sublinhar a reforma do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1942, quando o ensino secundário tornou-se uma realidade no país e ocorreu a criação do Serviço Nacional de Ensino Industrial (SENAI), sob a égide do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, e com total envolvimento empresarial. Na área educacional, foram incluídos, também, projetos universitários, tais como a criação da Universidade do Brasil, uma continuação da antiga Universidade do Rio de Janeiro (constituída em 1920, como uma reunião das escolas superiores da cidade), e a Universidade de São Paulo (USP), do mesmo modo que, a partir de 1937, ocorre a normatização de procedimentos para a nacionalização do ensino superior.¹⁷

¹⁶ Ibid. p. 63.

¹⁷ BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In. In. PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. pp. 53-72. pp. 138-40. A autora remete o leitor para o aprofundamento das reflexões apontadas, as obras:

CASTRO, Cláudio de Moura & OLIVEIRA, João Batista de Araújo e. Formação Profissional na Nova América Latina: problema ou solução? In: *Anuário de Educação 1994*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. pp. 99-118.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet & COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra/Edusp, 1984.

1.2 – Na esteira da legitimidade: leituras intelectuais e apoios sociais.

A partir da instalação do Estado Novo alguns intelectuais deram atenção especial ao golpe e à hipertrofia dos poderes presidenciais, defendendo, com veemência, o novo regime, em especial, Oliveira Viana e Azevedo Amaral.

Oliveira Viana definiu o regime do Estado Novo como uma “democracia autoritária”, defendendo enfaticamente os poderes de Getúlio Vargas, lançou mão da tese do “presidente único”. Para Viana, o Brasil precisava de um presidente forte que “*não dividisse com ninguém a sua autoridade; de um presidente em quem ninguém mandasse; de um presidente soberano, exercendo, em suma, o seu poder em nome da Nação, só a ela subordinado e só dela dependente*”.¹⁸ Em síntese, o país necessitava de um mandatário, superposto em relação às lutas regionais e político partidárias, comprometido e fiel aos interesses da nação brasileira.

Para Azevedo Amaral, a preeminência de combater o extremismo da direita, representado pelo Integralismo e a possibilidade do reaparecimento do extremismo da esquerda, mesmo após os seu desmantelamento em 1935, justificavam perfeitamente o golpe. Na perspectiva de Amaral, em 10 de novembro, protegeu-se o Brasil contra os perigos da demagogia estimulada pela campanha presidencial e salvou-se o regime democrático por meio de um golpe, entendido como a única forma de salvaguardar as “condições da realidade nacional e os imperativos das tradições brasileiras”.

Na sua visão o novo regime era tão somente uma “democracia autoritária”, um modelo perfeitamente adequado à realidade e às tradições nacionais, no qual o autoritarismo e a democracia não eram conceitos contraditórios; ao contrário eram complementares, pois “somente uma forma de governo autoritário seria capaz de permitir o desenvolvimento da democracia e das suas instituições”.¹⁹

O fato foi que, no meio intelectual, consolidara-se desde o início da década de 30, um discurso, relevante nas justificativas do Estado Novo, de veemente crítica ao liberalismo econômico e à democracia representativa e da acurada defesa da

¹⁸ VIANA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. 2ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939. p. 207.

¹⁹ AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. p. 177.

instauração de um regime forte, voltado para a arbitragem dos conflitos sociais; discurso que sublinhou e priorizou no gerenciamento e a aproximação entre sociedade e Estado, a ação deste em detrimento daquela,²⁰ portador de traços:

a) Nacional reconstrutor – ao defender-se a criação do “Brasil Novo” por meio da racionalidade plena do Estado Soberano a ser obtida pela modernização.

b) Moralizador – insistindo na virtude intrínseca do trabalho, no valor fundamental do civismo, na obrigação moral, social e política do Estado em dar formação geral e profissionalizante aos indivíduos sob a sua tutela.

c) Orgânico-corporativista – ao propugnar a organização da sociedade e da produção em termos corporativos.

d) Antiliberal salvacionista – nas críticas às oligarquias criadas em 1891, mantidas na Constituição de 1934, que teriam levado o Brasil à ruína anterior ao golpe.²¹

Outra maneira de justificar o Estado Novo foi atribuir a supremacia da vontade nacional acima sobre os interesses de classe, por meio da defesa de um governo forte como instrumento necessário para implantar a harmonia social, advogando-se a centralização do poder como forma de capacitar o Estado para agir como guardião do interesse nacional e impedir a fragmentação social.²² Ou seja, somente a ação do Estado, enquanto estrutura organizacional, situada acima da sociedade, poderia preservar a sociedade, e, sobretudo, antever, defender e estabelecer o interesse nacional.

Outro traço marcante do autoritarismo do regime de 1937 foi o nacionalismo, que autorizava a ação do governo federal sobre a totalidade do território; pressupunha a identificação de todos os membros da sociedade a um destino comum; identificava como nação uma coletividade histórica, um conjunto de valores morais, buscando a constituição de um todo orgânico, cujos objetivos

²⁰ CAMARGO, Dulce Pandolfi, (etall). *O Golpe Silencioso: as origens da Republica corporativa*. Rio de Janeiro: Rio fundo, 1989.

²¹ ALVES, Eliete. *Alcântara Machado: um perfil do intelectual e político paulista e o projeto do código criminal brasileiro (1937/42)*. Faculdade de História, Direito e Serviço Social: Franca: São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado – História). pp. 31-33.

²² GOULART, Silvana. *Sob a verdade Oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990. pp. 15-17.

realizar-se-iam por meio do Estado, entendido como o responsável pela manutenção da ordem moral, o tutor da virtude cívica e da consciência imanente da coletividade.²³

Por parte da sociedade civil, a legitimidade do regime autoritário de 1937 encontrava ressonância, pois, desde os anos 30, pode-se identificar um movimento de fascitização perpassando o conjunto social e revelando a gestação de um projeto de sociedade com pressupostos totalitários, adensados após novembro de 1935.

Chama a atenção, o consenso em torno de uma sociedade autoritária existente entre diferentes forças sociais. Empresários, integralistas, parlamentares, intelectuais e religiosos estruturavam um discurso em torno de temas e imagens portadores de uma finalidade totalitária. Ordem, família, pátria, moral, trabalho, propriedade, autoridade e obediência foram temas que confluíram para o objetivo da preservação da ordem social, para o saneamento da sociedade, para o fortalecimento dos poderes da família, da igreja, do Estado, da polícia, dos empresários.²⁴

O próprio golpe trouxe implicitamente a adesão de segmentos não diretamente inseridos no processo político. A Igreja, politicamente mobilizada, teve papel importante na legitimação do Estado Novo, a tempos apoiava o governo nas medidas contra o comunismo, dando-lhe o respaldo necessário ao seu combate, em instâncias da vida social sobre as quais exercia, na época, extrema influência; os intelectuais, setores populares e sindicatos vinculados à Ação Católica.²⁵

Já nos setores empresariais, as articulações de novas lideranças, como Roberto Simonsen e Evaldo Lodi, por exemplo, sediadas em organizações de classe como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), acabaram

²³ Id. Ibid.

²⁴ DUTRA, Eliana. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil nos anos 30*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: UFMG, UFRJ, 1998. pp. 16-7.

²⁵ Segundo Dulce Pandolfi, o que a Igreja recebeu em troca de sua decisiva colaboração não foi pouco: “em primeiro lugar, o apoio às escolas religiosas em detrimento do ensino laico, e, em segundo lugar, a inserção de importantes quadros católicos nas instituições oficiais, bem como a atenção de ministérios importantes como o da Educação, para com suas principais demandas políticas. Muitas vezes essas demandas passaram por um verdadeiro policiamento dos quadros considerados nocivos ao regime, como foi o caso de Anísio Teixeira que acabou afastado da Universidade do Distrito Federal. A aliança entre a Igreja e o Estado consubstanciou-se finalmente nas ligações entre Vargas e o cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, secundadas pela intervenção, de Francisco Campos, do lado governamental, e de Augusto Frederico Schmidt, em nome da Igreja”. CAMARGO, Dulce Pandolfi. *O Golpe Silencioso: as origens da República corporativa*. Rio de Janeiro: Rio fundo, 1989

colaborando com a política de industrialização por meio da defesa do protecionismo, indispensável ao desenvolvimento econômico nacional nos conselhos técnicos empenhados em redirecionar a economia brasileira. Para os empresários, o controle da crise econômica e a retomada do crescimento, interessavam muito mais do que a preservação convencional de instituições políticas.²⁶

²⁶ CAMARGO, Dulce Pandolfi. Op. Cit. pp. 251-253.

1.3 - Sobre o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e Revista Cultura e Política.

No que se refere à cultura, a partir da implantação do Estado Novo instalou-se uma rígida censura à imprensa e à propaganda. O controle da imprensa envolvia a proibição de determinados assuntos, tais como: notícias denotativas, ou sugestivas, acerca da existência de descontentamentos ou oposição ao regime, bem como, temas ou notícias relacionadas a problemas econômicos (transportes, abastecimento, escassez e alta de preços dos produtos); divulgação de acidentes, desastres, catástrofes, naufrágios, quedas de avião, incidentes como brigas, agressões, crimes, corrupções, subornos, processos, inquéritos, sindicâncias, etc.²⁷

Fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado,²⁸ nos meios de comunicação e da cultura, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) teve por função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, atuar em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira.²⁹ Se por um lado houve um acentuado controle e repressão dos atos e ideias, por outro, o governo investiu na propaganda do regime e lançou mão dos recursos e das novas

²⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda Política e controle dos meios de comunicação. In. PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. pp. 174-5.

²⁸ A primeira experiência de criação no Brasil de um órgão de propaganda diretamente vinculado ao Estado deu-se em julho de 1931, ao ser fundado pelo governo provisório o Departamento Oficial de Propaganda, sendo reformulado em julho de 1934, passando a denominar-se Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Este departamento, todavia, teve uma atuação restrita, relacionada, sobretudo, à divulgação de feitos e ações realizadas pelo Estado e na criação do Programa “A Hora do Brasil”, isto, já em 1938, com o intuito de divulgar mensagens, discursos e comunicações oficiais do governo. Neste momento, o serviço de controle e censura estava a cargo de um serviço de informação, vinculado ao Gabinete do Chefe de Polícia. Entretanto, a partir de 27 de Dezembro de 1939, inicia-se uma nova etapa, com a criação por decreto do Departamento de Imprensa e Propaganda, subordinado diretamente ao Presidente da República, ao qual atribui-se uma dupla função: propagandear o ideário do regime e assumir o papel de censor. Para a eficaz realização de seus objetivos, o DIP contava internamente com cinco grandes divisões: Divisão de Divulgação (encarregada da difusão e seleção das obras publicadas e dos atos de caráter público); Divisão de Radiodifusão (coordenadora das emissões radiofônicas); Divisão de Cinema e Teatro (ligada sobretudo à função de censura), Divisão de Turismo (que acabou não tendo maior expressividade) e, por fim, uma Divisão de Imprensa (responsável pelo controle da informação direta, veiculada por jornais, revistas, livros ou qualquer outro tipo de impresso). Cf. PAULO, Heloisa. *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil*. In. PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. pp. 139-40.

²⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena*. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas - São Paulo: Papirus, 1998.

técnicas de persuasão já em uso em diversos países, especialmente na Alemanha, de Goebbels.

Ao organizar e divulgar a propaganda do Estado Novo, o DIP atuou em diversos níveis, visando popularizar o regime para amplas camadas da população por meio da veiculação das propostas e realizações do governo, os atos do chefe de Estado e dos demais componentes da hierarquia estatal, servindo-se, sobremaneira, da imprensa e do rádio. Deste modo, foram produzidos, pelo DIP, livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio com noticiários e números musicais, além de radionovelas, fotografias, cinejornais e documentários cinematográficos.³⁰

Na sua atuação o DIP foi infinitamente mais severo que os seus correspondentes anteriores, obteve uma maior presença na sociedade nacional, pois:³¹

“organizou seu modelo de divulgação e propaganda em níveis diferentes: atuou no sentido de popularizar o regime para as camadas da população veiculando as propostas e realizações do governo, os atos do chefe do Estado e dos demais componentes da hierarquia estatal. Nesse projeto, a imprensa e o rádio foram os meios mais utilizados devido à sua penetração e alcance público.”³²

Ligado à Presidência da República ele teve um papel destacado na divulgação e propaganda do regime varguista durante o Estado Novo. Graças a sua proximidade com o Executivo viu-se dotado de uma força maior de ação que lhe permitiu interferir nas propagandas de outros ministérios uniformizando-as.

Para os propósitos do DIP o rádio teve um importante papel visto que graças a oralidade permitia que as notícias se tornassem públicas atingindo a população rural e também os analfabetos.³³ O número de aparelhos receptores aumentou,

³⁰ GOULART, Silvana. Op. Cit. p. 19.

³¹ Ibid.

³² GOULART, Silvana. Op. Cit. p. 19.

³³ Ibid.

durante o Estado Novo: de 357.921 aparelhos, em 1937, para 659.762 em 1942, sendo que o seu político do esteve voltado para a reprodução de discursos, mensagens e notícias oficiais, sobretudo por meio do Programa *A Hora do Brasil*, reproduzido, pelo rádio, e por alto-falantes instalados nas praças das cidades do interior.³⁴

Já nos centros urbanos restavam as mídias escritas como meios para difundir o idealismo do novo governo, haja vista que:

*“A ação do DIP se fez sentir na produção de bens culturais ao editar uma série extensa de livros, cartazes, folhetos, revistas, noticiários jornalísticos, além da propaganda de rádios e filmes. O conteúdo dessa produção divulgava as ações e propostas do Estado Novo e fazia a propaganda do regime e seus dirigentes.”*³⁵

Entre tais mecanismos de divulgação estava a Revista Cultura Política publicação oficial específica do DIP, atualmente disponibilizadas em forma digitalizadas pelo site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC³⁶ da escola de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas – FGV.

A Revista Cultura Política era dirigida por Almir de Andrade,³⁷ vinculada ao DIP ela se tornou a revista oficial do governo varguista, circulou de março de 1941 até outubro de 1945, sendo vendidas nas bancas de jornal, sobretudo do Rio de Janeiro e São Paulo. Conforme o próprio subtítulo explicitava, a Revista Cultura Política era uma “*revista de estudos brasileiros*”,³⁸ destinada a definir e esclarecer as transformações socioeconômicas do país. Além de relatar minuciosamente as

³⁴ JAHAR GARCIA, Nelson. *Estado Novo. Ideologia e Propaganda*. São Paulo: Loyola, 1990. pp. 103-104.

³⁵ GOULART, Silvana. Op. Cit. p. 25

³⁶ Desde sua criação em 1973, o CPDOC tem como objetivo abrigar documentos relevantes para a história recente do país, desenvolvendo pesquisas em suas áreas de atuação e promovendo curso de graduação e pós-graduação. Os conjuntos documentais pertencentes ao centro, num total de aproximadamente 200 (duzentos) fundos, totalizando cerca de 1,8 milhão de documentos, podem ser conhecidos por meio do “Guia dos Arquivos”, sendo boa parte deles digitalizados e com livre acesso www.cpdoc.com.br

³⁷ GOULART, Silvana: op. Cit. p. 89

³⁸ Idem. P. 90

realizações governamentais, ou seja, ela funcionava como uma espécie de central de informações bibliográficas, noticiando e resenhando todas as publicações sobre Getúlio Vargas e o Estado Novo.³⁹

Contava com a colaboração de uma parte significativa da classe intelectualizada brasileira, abrigando diferentes correntes de pensamento. Entre seus colaboradores estavam, além do diretor Almir Andrade, nomes conhecidos como Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes e Cassiano Ricardo e outros colaboradores, incluso, Gilberto Freire e Nelson Werneck Sodré. Na visão de seus editores competia aos intelectuais unir governo e povo, um papel de extrema importância para a estruturação da “nova ordem”, afinal, eram eles os formadores de opiniões públicas e os únicos capazes de traduzir as informações para o povo.⁴⁰

Destaca-se o nível de organização e eficiência no manejo das informações da Revista Cultura e Política, cada sessão era precedida de uma nota introdutória explicativa, mostrando claramente quais eram seus objetivos e princípios norteadores, além de notas bibliográficas sobre seus autores.⁴¹

Os exemplares da Revista Cultura Política, 18 volumes no total, foram doados ao CPDOC, por Alberto Venâncio Filho, encontram-se digitalizados e disponíveis para download Portal do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC.

³⁹<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/CulturaPolitica>

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

Parte 02

LEITURAS E INTERPRETAÇÕES DO BRASIL NAS
PÁGINAS DA REVISTA CULTURA POLÍTICA (1941-1942).

2.1 – Novos propósitos políticos e valores sociais: mudança política, desenvolvimento e trabalho.

O regime instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 pode se considerado um marco de transformação na história brasileira e foi defendido pelo Presidente como um sistema político que atendia os interesses da sociedade, preservando a essência da democracia, embora se saiba que na prática as coisas não aconteceram precisamente desta forma. Na realidade a política nacionalista de Getúlio Vargas restringiu o individualismo do cidadão e tudo que se planejou foi em benefício da nação, ou seja, a verdadeira intenção do novo sistema foi à manutenção da ordem e do progresso da nação.

E preciso não esquecer que a nova constituição através do art. 122 assegurava direitos e garantias de liberdade, segurança e propriedade aos indivíduos em qual quer local do país, mas que poderia ser invalido, por exemplo, em situações de crime e que o réu teria sua privação de liberdade de ir e vir pelo território nacional. Também assegurava aos indivíduos a liberdade religiosa, escolha da profissão ou de gênero de trabalho, mas que deveria atender o bem público. Liberdade de expressão desde que atendessem a manutenção da ordem e segurança pública, facultando à autoridade competente proibir e censurar as representações não favoráveis à moralidade pública e aos bons costumes ou mesmo ser tomadas providencias para proteção do bem-estar da sociedade e segurança do Estado.⁴²

Na proposta política do Estado Novo pretendia-se modificar e desenvolver a cultura do país e para isso era necessário criar uma nova sociedade interligada com o presente, com uma busca no moderno e inspirações no que era exposto nas nações desenvolvidas. Nas paginas da Revista Cultura Política fica claro a intenção do governo varguista de ruptura com o passado brasileiro, principalmente com os resquícios da política de governadores e do coronelismo presentes na Primeira República. Para tanto, era necessário fazer a sociedade participar e desenvolver do projeto de criação da nova nação, ou seja, tornar a sociedade ativa dentro do

⁴² SILVA, Paulo Sérgio. A Constituição brasileira de 10 de novembro de 1937: um retrato com luz e sombra. São Paulo: Ed. UNESP, 2008. p. 164-167.

desenvolvimento nacional, numa clara tentativa de incorporação das novas camadas sociais na vida política e econômica do Brasil.⁴³

Àquele momento “*generalizou se a visão de que havia começado uma nova era no Brasil*”. Entendimento capitaneado pela revista *Cultura Política*, deste o primeiro volume lançado em março de 1941, três anos e quatro meses após implantação do Estado Novo, em que se destacou a importância de desenvolver a sociedade nacional para o país continuar no caminho do desenvolvimento e do modernismo.

Na edição de março de 41, em sua nota introdutória escrita pelo diretor da própria revista, Almir de Andrade, demonstra claramente quais os objetivos ideológicos estavam postos a sociedade nacional. Nas primeiras linhas de introdução descreveu as instituições sociais e políticas como processos que desenrolam no tempo, sem saltos e sem paradas. Ou seja, segundo o autor, elas se desenvolvem a partir das novas tendências surgidas aquele tempo e não havia necessidade de forçar acontecimentos que ainda não tinham chegado à completa naturalidade, tal qual era conveniente impedir as modificações de renovação, quando a própria história indicara um novo rumo para o futuro.⁴⁴ Quis demonstrar para a sociedade nacional que o movimento surgido em 1937 não somente era necessário, mas viera para efetivamente renovar as instituições do Brasil de acordo com as novas exigências da época.

A partir desta perspectiva o autor argumentou que o início dos anos quarenta necessitava e esperava algo de novo, pois, eram tempos convulsos em todo o mundo e a população aguardava melhor assistência social, maior amparo e dignidade à personalidade humana. Nesse sentido Almir de Andrade afirmou acreditar que a democracia, uma instituição viva e que acompanha as mutações da vida é o ideal a ser seguida, afinal, ela não promove distinção de privilégios, nem de raça, nem de classes e nem de fortunas. Assim, através da evolução da democracia elevar-se-ia a

⁴³ Octavio Ianni – *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, p.14.

⁴⁴ *Cultura Política* (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 01; Num. 01; mar. 1941) p.5

ordem social, declarando direitos que nunca foram cumpridos colocando um ponto final na exploração política.⁴⁵

É importante lembrar que o Presidente Getúlio Vargas em 1937 assegurou, em seus discursos que o novo regime era um sistema democrático que atendia aos interesses sociais, diferentemente de outros em que a intervenção do povo era mera ficção via ações formalísticas que na verdade atendiam a grupos ou indivíduos tão somente interessados em exploração e controle do poder.⁴⁶

Tal argumentação tinha a intenção de justificar que o “*Novo Brasil*” passava por momento de reforma e mudança é que o povo deveria se unir nas inspirações contemporâneas para de fato o movimento de modernização e desenvolvimento nacional acontecessem. Difundia-se o discurso de necessidade da sociedade brasileira se unir no esforço de sua transformação organizacional, pois, somente assim, a nação atingiria *status* de cultura moderna.

Em relação aos novos valores sociais, notadamente no que refere-se a questão do trabalho como princípio ordenador da sociedade, sabe-se que o Presidente Vargas até hoje é lembrado pelo avanço nesse campo. Dentre suas ações destacaram-se a criação do Ministério do Trabalho juntamente com a elaboração das leis trabalhistas, entre outras.

Quanto a este tema, os ideólogos do Estado Novo, por intermédio da Revista Cultura Política abordaram constantemente a importância do trabalho na questão econômica e de sua modificação através das leis trabalhistas para o desenvolvimento social brasileiro.

Em março de 1941 o primeiro volume da revista já trouxe aos leitores na abordagem de Almir Andrade destaque sobre a importância do trabalho como meio de valorização do homem, afirmando que:

“pelo trabalho o homem conquista a prosperidade econômica, a cultura intelectual, o respeito e a proteção do Estado. A ordem política se destina a assegurar a paz, a

⁴⁵Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 01; Num. 01; mar. 1941) p.5-6.

⁴⁶SILVA, Paulo Sérgio. A Constituição brasileira de 10 de novembro de 1937: um retrato com luz e sombra – São Paulo: Ed. UNESP, 2008 p. 149-150.

concordia, o bem-estar, a felicidade dos que trabalham pelo bem comum.”⁴⁷

Andrade tentava demonstrar que no novo Estado brasileiro as preocupações tinham um caráter coletivo e que os trabalhadores deveriam ofertar seus esforços, canalizando-os para o bem comum. Em troca receberiam do Estado brasileiro a sua emancipação e se tornariam dignos de respeito e proteção, tendo assegurada a sua ascensão econômica.⁴⁸

No volume de julho de 41, o autor Murilo Araújo⁴⁹ analisou a importância do trabalho como proteção da nação e da sua política, declarando que através dele aumentava a produção de riquezas e, conseqüentemente, a economia nacional. O destaque do autor foi para a implantação do Ministério do Trabalho que viera para auxiliar no desenvolvimento do trabalho, segundo ele⁵⁰:

*“A criação do Ministério do Trabalho e a instituição das leis sociais fizeram, dentro de poucos anos, do Brasil a mais adiantada nação do sentido de amparo aos obreiros, constituindo-se um padrão dos povos mais avançados e mais cultos do mundo.”*⁵¹

O entusiasmo do governo de criar uma nova nação moderna e de renovação cultural vinha da expectativa pela melhoria das condições de trabalho e de vida do trabalhador. Nesse sentido, a partir do sétimo volume lançado em setembro de 41, a revista ganhou um seção destinada exclusivamente ao estudo dos problemas do trabalho. Porém, na maioria das seções aparecem somente abordagens relativas aos problemas da produção de riquezas nacionais, destacando a necessidade de avançar no campo do trabalho para o melhoramento da questão econômica nacional.

⁴⁷ ANDRADE, Almir. Em Revista Cultura Política. Março de 1941. p. 6.

⁴⁸ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 01; Num. 01; março de 1941) p. 6.

⁴⁹ Escritor e poeta; fazia parte do Ministério da Viação e Obras Públicas.

⁵⁰ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 05; Num. 05; julho de 1941) p. 46.

⁵¹ ARAÚJO, Murilo. Em Revista Cultura Política. Julho de 1941. p. 46.

No campo da atenção aos problemas da classe trabalhadora apareceu a questão do trabalho feminino, novidade da edição de outubro de 41 em que uma nova secção da revista. Destacou-se a importância do papel feminino nos centros fabris e a preocupação do Estado Novo com estas mulheres, alegando que não era somente uma inquietação por causa da sua fragilidade ou pelo risco que as máquinas trazia, mas principalmente pela concorrência com homens.⁵²

As apreensões com as mulheres operárias na verdade passavam distante da preocupação com as desigualdades sexuais, voltava-se para a discussão de sua inferior capacidade de produção delas dentro das fábricas em comparação com os trabalhadores homens, ou seja, a mulher operária economicamente não rendia em proporção ao homem operário, segundo a Revista;.

*“A capacidade física da mulher, inferior à do homem, torna-a menos apta ao esforço imediato, visto ser menor o rendimento muscular para o trabalho útil efetivo. Parece, ao contrario, mais adequado à mulher o trabalho leve, de continuação, dada a sua maior capacidade de armazenar energia, o que lhe permite consumi-la de modo menos rápido, porém mais prolongado.”*⁵³

O Estado Novo necessitava da mão-de-obra feminina para continuar avanço e garantir o desenvolvimento da economia, não podia ser, portanto, insensível às possibilidades de sua atuação no campo de trabalho. Portanto, na lógica dos objetivos do regime o que se propunha era que as mulheres fossem destinadas para os trabalhos adequados para seu porte físico, por exemplo: os trabalhos manuais de arte, principalmente o ofício de bordadeira ou vendedoras em lojas de negócios e mesmo prestando serviços fora dos grandes centros fabris, elas poderiam ajudar no complemento econômico do lar, corroborando com a sociedade como um todo.⁵⁴

⁵²Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 08; Num. 08; outubro de 1941) p. 193.

⁵³ Idem. P. 194.

⁵⁴Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 08; Num. 08; outubro de 1941) p. 194-195.

Outro ponto lembrado na Revista foi a promulgações das leis que defendia as mulheres nas relações trabalhistas. Alegou-se que a proteção às mulheres somente aconteceu a partir do movimento revolucionário de 30, sendo lhes atribuído importância especial, regularizando-se as suas condições de trabalho, estabelecendo-se a equidade na remuneração do trabalho sem distinção de sexo e, posteriormente a promulgação leis que assegurava elas direitos antes e depois do parto.⁵⁵

Na edição de novembro de 41, mês que se comemorava o quarto aniversário do regime promulgado em 37, a Cultura Política publicou discursos dos ministros do Estado Novo. Dulfê Pinheiro Machado, a frente da pasta do trabalho na época, descreveu o golpe de 10 de novembro de 1937 como o despertar de todas as classes adormecidas, imprimindo estímulos novos na realidade nacional e da consagração de direitos e garantias que a sociedade não conhecia.

Para o Ministro do Trabalho o Estado Novo foi à conclamação de todos os brasileiros de boa vontade, que coordenando, intensificando e sistematizando melhor suas atividades contribuíram para o fortalecimento da unidade nacional, desde modo, conquistando mutuamente o respeito do Estado, tanto individualmente e coletivamente, além da valorização a família. Encerrando, afirmou que o Brasil só conseguiria chegar ao sucesso graças aos trabalhadores e a Getúlio Vargas. Destacou que todos deviam gratidão ao Presidente, principalmente os operários, pois foi através das leis e das organizações sindicais criadas por Vargas que os trabalhadores conquistaram importância nacional.⁵⁶

Na mesma edição de novembro de 41, o presidente Getúlio Vargas ao abordar a implantação da nova legislação social, definiu a política de amparo ao trabalho como uma concretização do sonho das classes produtoras do Brasil. Destacou graças à Revolução de 1930 o país passou a conviver com uma realidade política que focava a questão social que permitira a implantação da justiça social no país, beneficiando, sobretudo, a classe trabalhadora.⁵⁷ Destacou o surgimento dos institutos profissionais e de garantias tais como a aposentadoria que repassava os benefícios aos trabalhadores acarretando em vantagens para a vida social do trabalhador.⁵⁸

⁵⁵ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 08; Num. 08; outubro de 1941) p. 196-198.

⁵⁶ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 09; Num. 09; novembro de 1941)

⁵⁷ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 09; Num. 09; novembro de 1941) p.292.

⁵⁸ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 09; Num. 09; novembro de 1941) p.296-299.

2.2 – A superação do passado de atraso social por um presente de avanços e de novas garantias.

Na ótica dos partidários do Estado Novo o regime de Vargas era considerado como de salvação nacional. Advogava-se que antes da chegada de Getúlio ao poder o Brasil mergulhado em incertezas, dificuldades financeiras, o poder centralizado nas mãos de um regime ultrapassado e a sociedade brasileira não gozava de direitos ou perspectivas de melhora. Nas edições da Cultura Política a perspectiva da salvação da nação, graças ao pulso firme e a determinação pessoal do Presidente da República repercutiam na maioria das suas publicações. Em novembro de 41, na comemoração do quarto aniversário de implantação do Estado Novo, a edição da revista publicou um agradecimento manifesto reportando-se ao mais profundo reconhecimento ao grande inspirador e doutrinador presidente Getúlio Vargas pelo seu ótimo trabalho como líder e por sua força na condução da salvação nacional.

Nas páginas da Revista confrontavam-se o passado e o presente na tentativa de demonstrar como o Brasil do Estado Novo se tornara moderno e desenvolvido, levando aos leitores uma clara propaganda do governo. No volume de Março de 1941, destaca-se o artigo “*O Passado e o Presente da Questão Social no Brasil*”, do autor Fernando Callage.⁵⁹ Nele o autor dedicou-se a demonstrar a indiferença dos antigos políticos brasileiros com os problemas da sociedade e como que somente depois da Revolução de 1930 e, posteriormente, com o Estado Novo eles foram resolvidos.

Fernando Callage afirmou que durante a Primeira República, nem políticos e nem a classe dos pensadores, homens que para ele possuíam a responsabilidade da administração do país, não pensavam sobre os problemas sociais que assolava a nação.

⁵⁹ Especialista nos estudos de legislação social e política trabalhista e Chefe da Secção de Publicidade e Biblioteca do Departamento do Trabalho de São Paulo.

“Infelizmente muito pouco de aproveitável encontramos, nesse sentido, nas publicações antigas, normalmente nas editadas na faze da nossa 1ª República, porque os políticos que dominavam o ambiente, a situação, o meio cultural, ignoravam o problema social que agitava o velho mundo, acentuadamente no último quartel do século XIX, quando o industrialismo mais vulto tomava em toda a parte.”⁶⁰

Segundo ele com a industrialização o homem se tornou apenas uma máquina de exploração, gastando toda sua energia em benefícios do patrão. Muito se debateu e questionou sobre as condições do trabalhador na Europa, mas para ele na América, apesar da repercussão, pouco se falou sobre o problema e no Brasil, tal problema passou despercebido das autoridades políticas de 1891, segundo o autor:⁶¹

“A chamada questão social que envolvia os interesses das classes proletárias, porque nasceu ela, precisamente, das lutas do trabalho e do capital, do conseqüente abandono econômico em que se encontravam os operários das fábricas e do campo e, também, pela nenhuma proteção legal visando sua saúde e o seu trabalho – quer por parte do próprio Estado – passou, como despercebida, em nosso democrático clima político de 91.”⁶²

Segundo Fernando Callageo que faltava era maior participação e interesse do Estado em debater a questão social, pois, a discussão era tímida que não alcançou ou despertou os operários.⁶³ Na sua visão os governos anteriores a 30 não se preocuparam com as questões sociais e com os trabalhadores que vivia a mercê da falta de interesse dos políticos em ajudá-los, cenário esse que com a chegada de Vargas mudara consideravelmente.

⁶⁰ CALLAGE, Fernando. Em Revista Cultura Política. Março de 1941. P. 52

⁶¹ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 01; Num. 01; mar. 1941) p.52

⁶² Idem.

⁶³ Idem.

Para compreender essa indiferença dos políticos sobre o problema social Callege alegou que até então eles pareciam adotara visão do Professor Dino Bueno, da Faculdade de Direito de São Paulo de que: *“a questão social era uma questão de produção, porque a miséria proletária era causada porque o trabalhador não produzia o bastante para viver.”* Isto é, a ideia de que o desaparecimento da desigualdade de classes dependia unicamente do aumento de produção, pois, somente assim, ocorreria o aumento das riquezas e consequentemente a circulação das riquezas.⁶⁴

*“Só a exigüidade da produção que pode explicar a miséria social. Para remediá-la é preciso produzir. E então a chamada questão social apresenta-nos a sua verdadeira face. Não é uma questão de repartição de riquezas, como querem os socialistas; ela é principalmente uma questão de produção”*⁶⁵

Contudo, segundo o autor, mesmo diante do aumento da produção se fazia necessário que o trabalhador possuísse defesa judicial. Ou seja, sem leis trabalhistas a questão social jamais se resolveria, por que o operário sempre seria uma vítima dos patrões.

*“Mas a produção, o aumento da produção, como vimos, não é senão uma resultante da justiça, porque é só a realidade do direito ou a justiça que assegura ao individuo a máxima expansão individual, a maior energia e a maior fecundidade das faculdades produtoras”*⁶⁶

A proteção do trabalhador se fazia necessária para apaziguar a classe laboral e deveria ser feita mediante a renovação do velho direito e a introdução de uma novalegislação, defendendo que o Estado interviesse para solucionar os problemas

⁶⁴Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 01; Num. 01; mar. 1941) p.53

⁶⁵ BUENO, Dino. Em Revista Cultura Política. Março de 1941. P. 53

⁶⁶ Idem.

sociais. Fato que ocorreu, segundo ele, efetivamente somente a partir do regime varguista, marcado pelo surgimento e a objetivação de uma nova legislação trabalhista.

Em discurso na cidade de Cuiabá, reproduzido nas páginas da revista, o Presidente Getúlio Vargas declarou que a cada dia surgia um momento novo na vida do brasileiro, sempre buscando melhorias para sua vida individual e coletiva. Para ele o momento era de extrema felicidade, o Brasil vivia sobre novas perspectivas, a economia crescia e as indústrias de base se desenvolviam gradualmente. A siderúrgica e mineração contribuíam no desenvolvimento, expandia-se o fornecimento de energia elétrica para o povo e a população possuindo o devido respeito e dignidade de vida vivenciava uma nova fase com edição de leis que favoreciam novos direitos.⁶⁷

Em novembro de 1941, aniversário de quatro anos da Carta Constitucional de 37, Getúlio Vargas discursou durante um almoço oferecido pelo Exército Brasileiro, no Ministério da Guerra, dizeres, posteriormente, publicado pela Cultura Política no volume de dezembro daquele mesmo ano. Na ocasião Vargas descreveu o profícuo trabalho realizado durante os últimos quatro anos de Estado Novo, em defesa da nação e da sociedade brasileira. Ressaltou o papel fundamental do povo para a manutenção da ordem e dos direitos adquiridos, alegando que entendia que jamais aceitariam um retrocesso, acreditando em falácias, promessas ou simulações políticas.⁶⁸ Uma tentativa evidente de demonstração de que o Estado Novo colocava o homem em primeiro plano, que trabalhava pelo povo e para ele.

Difundia-se a época a visão de unidade nacional rumo ao crescimento econômico, político e cultural. Nesse sentido é o artigo de Paulo Augusto de Figueiredo⁶⁹ publicado no volume de março de 42, nele o autor começa alegando que o Estado Novo deu um novo sentido ao Brasil ao torná-lo mais forte e protegido de ameaças externas, em suas palavras:

⁶⁷ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 08; Num. 08; outubro de 1941) p. 87-89.

⁶⁸ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 09; Num. 09; dezembro de 1941) p. 8-9.

⁶⁹ Presidente do Departamento Administrativo do Estado de Goiás, ex-professor na Faculdade de Direito, ex-promotor público da comarca de Bonfim e ex-procurador fiscal do estado de Goiás.

*“Procurando, além da razão humana, individual, uma razão coletiva, nacional de ser, vai o nosso povo adquirindo, logicamente, ao lado de um modo humano e geral, um modo particular de ser”*⁷⁰

Para que o nacionalismo se configurasse era necessário que ele aflorasse mediante uma razão coletiva, formatando uma forma característica do ser brasileiro, para tanto afirmava era necessário criar um novo perfil político, com cores próprias, segundo ele:

*“Se os motivos de nossa existência política não de ter cores próprias, traços específicos, elementos irreduzíveis, claro está que a nossa maneira de ser há de, conseqüentemente, ter as suas características, que nos darão um estilo de vida, um perfil político.”*⁷¹

Propugnava-se não somente uma efetiva quebra com o passado da República, mas também o surgimento da tentativa de uma nova realidade, com novos direitos e deveres entre si e perante o Estado. A busca por uma nova ordem democrática que elevaria o nível social do país criando novos modos de se viver.

⁷⁰ FIGUEREDO, Paulo Augusto. Em Revista Cultura Política. Março de 1942. P. 43.

⁷¹ Idem.

2.3 – Um novo homem: a modernização via educação.

Sabe-se que o Estado Vargas pretendia elevar o nível cultural e político do país, inspirada nas ideologias modernistas, presentes na Europa, a ação política pretendia novos cidadãos para o novo Brasil, homens interessados com a vida pública, educados e produtivos economicamente. No sétimo volume da Cultura Política, lançado em setembro de 41, o Tenente-Coronel do Estado-Maior da 4ª Região Militar o Sr.º Inácio José Verissiano levantou o debate da modernização do cidadão nacional.

Retornou o passado colonial do Brasil para identificar como se deu a formação da população contemporânea à sua escrita, concluiu que o brasileiro era um só homem. Ou seja, mesmo com toda extensão geográfica do país, todos compartilham dos mesmos hábitos, do sul ao norte, mesmo possuindo passados distintos. Portanto, o Estado deveria renovar esses homens para torná-los modernos, ou seja, geminar a semente do nacionalismo por todo o território nacional renovando-o.⁷²

Nessa mesma linha de raciocínio Paulo Augusto de Figueiredo, no primeiro volume da Cultura Política já havia descrito a importância a ser conferida ao homem moderno dentro do Estado Novo na construção de novas formas de se viver. Segundo ele a civilização moderna encontrava-se num paradoxo. Com o surgimento da máquina no século XX o homem parecia ter ganhado tudo, mas a maquinaria tomou o seu espaço. Preocupado com inovações tecnológicas e aperfeiçoamento produtivo o homem contemporâneo pouco se dedicou a questionar e debater a sua própria vida e por causa deste desleixo passou a presenciar o avanço tecnológico e por outro lado a viver o caótico e a barbárie.⁷³

A saída segundo o autor era repensar o homem e reconduzi-lo à unidade e à totalidade de si mesmo. Portanto, nessa perspectiva transformadora o que o Estado Novo pretendia não era a estatização do homem e a subordinação de pessoas por fins políticos mais por fins de humanização.

⁷² Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 07; Num. 07; setembro de 1941) p. 11.

⁷³ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 01; Num. 01; março de 1941) p. 133-135.

*“Os fins do Estado Novo são fins de humanização. O atual regime político do Brasil busca a humanização do Estado. O Estado brasileiro existe para o homem – objeto último de suas cogitações. Ele é um meio de organização nacional, é a expressão jurídica e política de um povo que, finalmente, se encontrou a si próprio”.*⁷⁴

O caminho para a recuperação do homem em si mesmo era retornar-se a história para que fossem reveladas as raízes que permitiriam a organização da nação, assegurando a unidade nacional e garantindo a prosperidade real, de modo a asseverar uma efetiva marcha para o desenvolvimento.⁷⁵

Contudo, renovar a sociedade não era tarefa fácil e necessitaria de novos arranjos na sociedade, um dos caminhos escolhidos para tanto, foi justamente a educação, notadamente o ensino médio. Em 1933, Getúlio Vargas implantou mudanças no secundário atribuindo-lhe a missão de conferir aos alunos conhecimentos para a formação cultural e orientação da vida do homem civilizado. Reorganizaram-se os programas escolares, excluindo conteúdos “inúteis” e substituindo-os por outros de cunho nacional, relacionados com os problemas e realidade do país, segundo o Presidente:⁷⁶

*“A função de natureza educativa, que é essencial no ensino secundário – e consiste em preparar a inteligência e o espírito crítico para o estudo e solução dos problemas impostos pela vida – foi sempre relegada ao segundo plano. O ensino secundário, na sua verdadeira finalidade, deve ter por função formar a mocidade para agir, com eficiência, no meio em que tiver de aplicar a sua atividade.”*⁷⁷

⁷⁴ FIGUEREDO, Paulo Augusto. Em Revista Cultura Política. Março de 1941. P. 135.

⁷⁵ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 01; Num. 01; mar. 1941) p.138.

⁷⁶ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 02; Num. 02; abril de 1941) p. 54.

⁷⁷ VARGAS, Getúlio. Em Revista Cultura Política. Abril de 1941. P. 54.

Tais medidas tinham desde aquela época a intenção de resolver as falhas do ensino e atrelá-lo aos objetivos do governo de formação de um novo homem/cidadão. Enfatizou-se, a partir de então uma educação de cunho nacionalista coma a finalidade de preparar brasileiros conscientes de seus deveres para com a pátria. Getúlio Vargas não queria meras legiões de letrados, preenchidos de conhecimentos inúteis, corpos estranhos no organismo nacional, dificultando o governo ou criando obstáculos ao nacionalismo,⁷⁸ desejava a criação de homem estudado, pronto para proteger a sua nação.

No volume de maio de 41, Neusa Feital⁷⁹ destacou os conteúdos de cunho nacionalista, ministrados nas escolas para o renascimento político brasileiro. Segundo ela perante os momentos conturbados que vivia o Brasil fazia-se necessário cultivar nos indivíduos o amor à Pátria com vista à formação de consciências nacionalistas.⁸⁰ Conselhos que vinha sendo seguido pelo presidente Vargas, desde antes, em 1937, na cerimônia comemorativa do primeiro centenário da fundação Colégio Pedro II dia 2 de dezembro de 1937, assim se expressara:

“Precisamos reagir em tempo contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário, contra as tendências desagregadoras, infiltradas pelas mais variadas formas nas inteligências moças, responsáveis pelo futuro da Nação; precisamos com maior urgência, dar sentido claro, diretrizes construtoras e regras uniformes à política educacional, o mais poderoso instrumento a utilizar no fortalecimento de nossa estrutura moral e econômica.”⁸¹

No mesmo sentido caminhou o discurso elaborado pelo Ministro da educação e Saúde e publicado no volume de novembro de 41 em que sublinhou a educação nacional como mecanismo primordial para superar os problemas sociais e

⁷⁸Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 02; Num. 02; abril de 1941) p.64.

⁷⁹ Professora do Departamento de Educação Nacionalista da Prefeitura do Distrito Federal.

⁸⁰ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 03; Num. 03; maio de 1941) p.142.

⁸¹ VARGAS, Getúlio. Em Revista Cultura Política. Maio de 1941. P. 142.

econômicos do país. Salientou que a ação do presidente Vargas em modernizar a educação, era algo extraordinário para o Brasil naquele momento.⁸²

No mesmo volume, Deodato de Moraes⁸³ analisou toda a campanha de 10 de novembro, apontando o processo renovador e o papel de destaque da educação, a partir da implantação do Estado Novo. Para ele obtida a ordem e a harmonia política com o novo regime passou-se a efetiva defesa e implantação dos interesses da sociedade nacional, em suas palavras:

*“Vencemos a época dos segredos das deliberações ocultas, a fase narcísica do psitacismo das câmaras, o regime das indecisões e irresponsabilidades, para alcançar a consciência esclarecida da vontade popular, o sentimento da autoridade dirigente que assegura aos brasileiros todos os direitos próprios à dignidade humana, sem esquecer-se, todavia, de conferir à nação as garantias da sua segurança e da sua paz”*⁸⁴

Neste novo espaço sócio político os brasileiros não mais respiravam uma educação egoísta ou de instrumento para satisfazer interesses privados, tinham aquele momento liberdade de pensamento e ensino, afirmou o autor.⁸⁵

Em suma a educação promovida pelo Estado deveria partir do projeto formatar uma intelectualidade ciente e engajada com as questões nacionais, capaz de auxiliar na consolidação da nova ordem política e econômica. A escola cabia o papel de cultivar as realidades, constituir padrões de nacionalização.

⁸² Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 09; Num. 09; novembro de 1941)

⁸³ Chefe do 10º Distrito Educacional da Prefeitura do Distrito Federal, Técnico de Educação e do Instituto Brasileiro de Cultura.

⁸⁴ MORAIS, Deodato. Em Revista Cultura Política. Novembro de 1941. P. 27

⁸⁵ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 09; Num. 09; novembro de 1941) p.29.

2.4 – Problemas socioeconômicos: a fome, a destruição e o nordeste.

Em anos difíceis a subalimentação foi apontada na Revista Cultura Política como um dos problemas mais graves que o país enfrentava naquele período, embora destacasse que o problema havia sendo conduzido com sucesso através de um vasto plano de combate à fome, idealizado pelo governo. Peregrino Junior,⁸⁶ em seu artigo no volume de abril de 41, descreveu os problemas da subalimentação dos brasileiros e os prejuízos que ela poderia causar à nação, salientou que um sujeito com fome torna-se incapacitado de progredir tanto fisicamente como intelectualmente, o que representa prejuízo político e econômico para a nação, dizia ele:⁸⁷

*“Um povo que vive sub-nutrido é um povo econômica e socialmente debilitado, porque tem sua capacidade de produzir riquezas reduzida, como tem comprometida sua capacidade de criar civilização”*⁸⁸

Segundo ele, a subalimentação atingia a sociedade rural e aproximadamente 80% das massas pobres do interior do Brasil e as principais causas de contribuição com esse quadro era o pauperismo e a ignorância, ou seja, era necessário reeducar a economia e o povo para reverter o quadro. Defendeu que para o sucesso de um programa alimentar era a melhoria das condições econômicas do brasileiro, que assim, recuperariam a saúde e sua aptidão para o trabalho. Afinal, de acordo com a sua argumentação, um sujeito que tem má alimentação também tem maior predisposição em adquirir infecções, mal-estar ou preguiça, diminuindo sua capacidade tanto produtora quanto o seu rendimento pedagógico na escola.⁸⁹

⁸⁶ Chefe de Serviço de Endocrinologia da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, Professor catedrático na Universidade do Brasil, Especialista nos problemas de alimentação e biologia, Médico e Escritor.

⁸⁷ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 02; Num. 02; abril de 1941) p. 102-103.

⁸⁸ JUNIOR, Peregrino. Em Revista Cultura Política. Abril de 1941. -. 103.

⁸⁹ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 02; Num. 02; abril de 1941) p.103.

No volume de maio de 41, Dante Costa⁹⁰ relatou as tentativas do governo na solução da subalimentação, descrevendo a importância de uma educação dietética do brasileiro. O vasto problema da alimentação para o autor somente se resolveria caso o governo levasse em consideração os diversos fatores do país, ou seja, os aspectos regionais, geográficos, econômicos e educacionais, em seus dizeres:⁹¹

*“O nosso problema alimentar deverá ser estudado e resolvido em função da geografia do país. Já dizíamos em 1937, tratando de um “padrão dietético do brasileiro”: “No Brasil, país enorme, que contém em seus vastos limites todos os climas suportáveis, seria difícil e errado a organização de um padrão rígido, a ser seguido por todos. Primeiramente, porque há alimentos que existem em região e não são encontrados em outra. E preciso contar, no estudo da alimentação brasileira, com estas modificações impostas pelo tamanho da terra e pela diversidade de costumes.”*⁹²

Na sua visão, no Brasil, país de vasta extensão geográfica, o problema da má alimentação se diferenciava de uma região para outra.⁹³ Salientou que deficiências econômicas e a ignorância da população fomentada pela vida e falta de educação prejudicavam a alimentação do brasileiro. Em seguida descreveu as soluções tomadas pelo regime varguista, abordando o que de fato era importante, apontar o problema, mas salientando especialmente as ações de Vargas e sua determinação modernista tinha feito e estava fazendo para melhorar o país.

“desde 1935 a consciência brasileira sentiu chegada a hora de resolver esse problema: a ‘Campanha Nacional pela Alimentação

⁹⁰ Chefe da Seção de Alimentação da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, Médico do Departamento Nacional da Criança e Professor de Dietética do Ministério do Trabalho, Clínico especialista em nutrição; membro da “SocietêScientifiqued’HygieneAlimentaire”, da “ Societê de ClamieBiologique” de paris, da “Sociedade de Medicina e Cirurgia” do Rio de Janeiro e da “Sociedade Brasileira de gastroenterologia e Nutrição”.

⁹¹ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol.03; Num. 03; maio de 1941) p. 57.

⁹² COSTA, Dante. Em Revista Cultura Política. Maio de 1941. P. 57.

⁹³ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol.03; Num. 03; maio de 1941) p.58.

da Criança’, realizada pelo prof. Olindo de Oliveira, atual diretor geral do Departamento Nacional da Criança, foi o primeiro passo nesse sentido. Uma campanha educacional realizada por aquele eminente técnico do Ministério de Educação e Saúde. Iniciativas outras, tais como o Inquérito realizado pelo Departamento Nacional de Saúde, dirigido pelo dr. J. de Barros Barreto, são dignas de nota. E a recente criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social, no Ministério de Trabalho, veio a constituir o grande exemplo de assistência alimentar aos nossos trabalhadores. Torna-se necessário dotar esse novo organismo – cujas iniciativas até agora tem sido tão acertadamente planejadas e executadas – de meios capazes de transformar em ação nacional o que já está realizado no Distrito Federal, dando-lhe também recursos para não só assistir como educar à grande massa trabalhadora do país.”⁹⁴

Enaltecendo as medidas adotadas pelo governo e que simbolizavam tentativas bem sucedidas de equacionar o grave problema da alimentação no Brasil, Dante Costa no sétimo volume da revista, lançado em setembro de 41, abordou a importância da merenda escolar para a superação desse quadro negativo, em suas palavras:⁹⁵

“No Brasil, a merenda possui uma importância ainda mais significativa por isso que, sendo muitas vezes fornecidas pela administração escolar, ela poderá corrigir prováveis defeitos e carências das dietas do lar. Por esse mesmo motivo deve ser uma merenda de valor calórico relativamente alto, em torno de 700 calorias. E deve ser realizada sempre em fácil plano econômico e

⁹⁴ COSTA, Dante. Op. Cit. PP. 58-59.

⁹⁵ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol.07; Num. 07; setembro de 1941) p. 73.

de acordo todas as vezes que possível, com os próprios recursos alimentares locais.”⁹⁶

De acordo com Dante Costa uma boa alimentação é essencial na infância, afinal, é nessa fase que se inicia o desenvolvimento intelectual e físico dos futuros cidadãos, por isso a implantação da merenda escolar representava um avanço para o país, pois, no futuro o dotaria de homens mais cultos e mais fortes fisicamente. Outro ponto de destaque era o fato de que as instituições de ensino passaram a serem estimuladas a produzirem hortaliças para complemento da merenda escolar.

Nesse sentido, Peregrino Junior no oitavo volume da revista Cultura Política retorna o debate sobre a questão alimentícia e o desenvolvimento da criança brasileira.

“Nenhum homem responsável, no Brasil, tem hoje o direito de ignorar a gravidade e importância desta questão, que não interessa apenas do ponto de vista médico ou pedagógico, mas, sobretudo do ponto de vista político e social. A criança – reserva a esperança da nação moderna, porque germe a promessa do homem de amanhã.”⁹⁷

Reafirmando a necessidade de melhorar as condições de vida dos brasileiros, principalmente das crianças para o Brasil continuar a trilhar os caminhos da modernização. Apontou a necessidade das escolas traçarem o desenvolvimento fisiológico das crianças brasileiras, de forma a determinar a resistência futura dessas crianças no “mercado de trabalho” e em suas oscilações intelectuais.⁹⁸ Segundo o autor, focando esses pontos juntamente com a alimentação de qualidade o Estado formaria pessoas mais fortes para a nação, finalizou dizendo: *“com tão pequeno esforço, obra tão extensa e importante, termos prestado um alto serviço ao Brasil.”*

⁹⁶ COSTA, Dante. Em Revista Cultura Política. Setembro de 1941. P. 73.

⁹⁷ COSTA, Dante. Em Revista Cultura Política. Outubro de 1941. P. 50.

⁹⁸ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol.08; Num. 08; outubro de 1941) p. 53.

Ainda sobre a alimentação, a edição de março de 1942 trouxe uma análise sobre a higiene alimentar, apontou este problema como de solução pendente nas instituições públicas, principalmente nas que recebiam um numero maior de estudante pobres, geralmente propícios às doenças e déficit de aprendizagem.⁹⁹

“A má raça alimentar da escola brasileira – especialmente do escolar pobre – responde não só pela sua debilidade física, como pelos seus déficits intelectuais. As crianças retardadas quasi sempre se encontram entre as mal alimentadas.”¹⁰⁰

Nessa leitura o fator da má alimentação se agrava com a falta de higiene, contribuindo negativamente no déficit da criança, na sua saúde e na capacidade de trabalho.

“A falta de orientação higiênica e dietética no lar e a falta de uma assistência científica suficiente na escola. Contribuem para os seus déficits de saúde, de inteligência e de capacidade de trabalho”.¹⁰¹

Segundo o texto a culpa não vinha do governo Vargas, mas dos descuidos anteriores e falta do habito de higiene no lar em virtude do descaso para com a orientação adequada para o povo das classes mais baixas, desde longa data. Desse modo, para remediar tal mal os hábitos da boa alimentação deveriam ser adquiridos nas escolas, via ação educativa de assistência social – processo que já acontecia via merenda escolar servida aos alunos cotidianamente, de forma exemplar –somando-se a reeducação dos lares, num caminho inverso, indo da escola para o lar.

Ademais haveria que se criarem hábitos de higiene tanto dos alimentos como pessoal, por exemplo: manutenção das unhas limpas e cortadas, banhos diários e higienização dos cabelos e pés.¹⁰² Os hábitos de higiene, por fim, se tornariam peça

⁹⁹ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol.13; Num. 13; março de 1942) p.22

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol 13; Num 13; março de 1942) p.24-27.

chave para o projeto de modernização da sociedade brasileira, pois, o ambiente social não somente das crianças, mas de toda a sociedade se modificaria, por influências do sistema de ensino.

Já o nordeste, tradicionalmente visto como signo de atraso mereceu no primeiro volume, março de 41, de Djacir Menezes¹⁰³ um ensaio sobre as condições sociais na caatinga. Destacou-se com o Estado Novo a região passou a ser reconhecida e ali se aplicara uma verdadeira política para o povo, superando-se os preconceitos geográficos e sociais, presentes no sistema anterior. Nesse primeiro texto descreveu os problemas da caatinga, sob os aspectos demográfico, geográficos e históricos, e, destacou a falta de estrutura necessária para sua melhoria, como o transporte e comunicação.¹⁰⁴ Já no terceiro volume da Cultura Política, lançado em maio de 41, retornou a questão analisando a situação da formação da região na perspectiva indígena. E finalmente, na edição de fevereiro de 1942, descreveu a miscigenação do homem nordestino, caracterizando os aspectos culturais e físicos do povo da caatinga.

Contudo, as análises sobre o nordeste não ficaram restrita a Djacir Menezes, em agosto de 41, a revista Cultura Política retornou o tema. O Procurador da República no Estado da Paraíba, Ademar Vidal, abordou as condições sociais do proletário na região nordestina. Enfatizou que *“a nova política social da Revolução criou um ambiente favorável aos interesses do homem brasileiro”* promovendo o amparo social, de modo, que o proletário, mesmo sendo classe inferior obtivesse suas garantias legais.¹⁰⁵ Neste sentido, relatou que o amparo ao proletário sobressaia-se, em seus termos:

“O que se faz presentemente em Recife, por exemplo, é digno de referencia, pois o Interventor Agamenon Magalhães vem pondo em execução um vasto plano de remodelação social do trabalhador,

¹⁰³ Professor catedrático da Faculdade de Direito do Ceará, escritor, economista e sociólogo

¹⁰⁴ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 01; Num. 01; março de 1941) p.11.

¹⁰⁵ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 06; Num. 06; agosto de 1941) p.13.

dano-lhe casa higienizada, conforto e conseqüentemente a dignidade indispensável à condição humana”¹⁰⁶

Apontou as melhorias na região rural, enfatizando que a nova política social também se preocupava com o amargo sofrimento do camponês e com a dureza do trabalho daquela gente, que dia a dia, ano após ano, vinha lutando com a seca, a doença e a miséria.

“No alto sertão da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, para falar apenas no que conhecemos pessoalmente, o camponês se apresenta mais robusto, alimenta-se com maior abundância (isto até não parece apenas paradoxal, parece também uma lenda) sempre calçado de alpercata, mais sadio e com presença, portanto, mais simpática na sua condição exterior de homem.”¹⁰⁷

Dentro deste quadro, Carlos Duarte, Ministro da Agricultura discursou, em novembro de 1941;

“O regime instaurado em novembro de 37 não foi só uma transformação política; trouxe um programa de melhoramentos e realizações práticas, reclamados pelo país desde longa data” e o clima era propício a todos “o espírito de renovação abrange todos os âmbitos de atividade; a máquina do Estado, com uma mobilidade espantosa, se faz sentida até nos mais recônditos sertões”,¹⁰⁸

Asseverando que a finalidade de engrandecimento moral e material da nação não acontecia somente nos centros nacionais.

¹⁰⁶ VIDAL, Ademar. Em Revista Cultura Política. Agosto de 1941. P. 14.

¹⁰⁷ VIDAL, Ademar. Op. Cit. p. 16.

¹⁰⁸ DUARTE, Carlos. Em Revista Cultura Política. Novembro de 1941.

2.5 - Entre o passado inglório, um presente renovador e um futuro de prosperidade.

Em artigo de agosto de 41, Cultura Política apontou-se que a desorganização social e política brasileira dava em virtude da forma como o país foi colonizado, uma vez que os colonizadores que ao atingirem o grau máximo de expansão e desenvolvimento, deixaram que a colônia se desenvolvesse praticamente a revelia. Outro aspecto destacado foi à divisão territorial dos portugueses que legou a posteridade o conflito entre os grandes proprietários de terra, os ditos coronéis, detentores do poder social e político e a classe dos não proprietários.¹⁰⁹

Desse modo, a política nacional acabou dividida entre campo e cidade, uma orientada pelos senhores territoriais e a outra promovida por relações de proximidade.

“A política, orientada pelos senhores territoriais, é a política estreita, localista, de divisão curta mais, indubitavelmente, é a mais realista, a mais própria às condições de vida e desenvolvimento da Nacionalidade nascente. O chefe local, muito cioso de seus direitos, usa de mais arbítrio e autoridade, e conta apenas consigo mesmo” – “a política, orientada pelo homem da cidade, desborda as fronteiras dos povoados, procura relacionar-se com a dos povoados vizinhos, e alarga-se, às vezes, sobre toda uma região, identificada pelos seus interesses econômicos. A região adquire os seus contornos definidos, tracejados no mapa e denomina-se Província.”¹¹⁰

Nessa lógica, segundo o texto, a independência foi apenas uma expressão solene da libertação do Brasil por Portugal, mas que nada mudou na política. Somente a partir do Segundo Reinado, com Dom Pedro II, que a política começa

¹⁰⁹Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 06; Num. 06; agosto de 1941) p.32.

¹¹⁰ Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 06; Num. 06; agosto de 1941) p. 35.

uma formação equilibrada, com o surgimento dos partidos, apesar de ainda muito distante do que o país realmente necessitava. Apesar das revoltas sociais do Império a evidenciarem a permanência da insatisfação social com o regime, a partir de então o Brasil já adquiria sua fisionomia de nação e de povo juridicamente organizado.

Nessa ótica a Proclamação da República e a promulgação da Constituição em 1891 trouxeram consideráveis mudanças, definindo uma melhoria ao Estado, outorgando autonomia ao sistema de governo. Contudo, a falta de liberdade de escolha dos representantes, deixou o povo à mercê politicamente e socialmente.¹¹¹

Deste modo, evidentemente, a superação da obscuridade política Brasileira somente principiou-se com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a partir de 1930, em que a população deixou de ser governadas para viver como pessoas que governam, contribuem ativamente para o crescimento econômico e o progresso social da nação. A razão do atraso:

“só se poderá explicar pela renitente teimosia com que ficamos a praticar o liberalismo político e econômico, deixando os fracos à discricção dos fortes, e por igual entregando-nos, como povo e como Estado em condição de absoluta fraqueza diante da força e da audácia dos povos e dos Estados, ricos de bens e desembaraçados para a ação.”¹¹²

O liberalismo clássico gerou o desequilíbrio social, conduzindo o indivíduo e o Estado ao cativo, pois nele: *“vencem e transformam-se em grandes senhores e em potencias aqueles que se lançam primeiro à luta e não escolhem maior para vencer”*. Enquanto que os que apresentam tardiamente *“são vencidos, escravizados e postos na condição de protetorados”*. Portanto, como o povo sempre chegou tarde para essa luta pelo poder político e econômico acabara condenado a assistir a vitória dos outros sem cuidar de si mesmos.¹¹³ Tal cenário caótico somente transformara-se

¹¹¹Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 06; Num. 06; agosto de 1941) p. 35-36.

¹¹² Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 06; Num. 06; agosto de 1941) p. 41.

¹¹³Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 06; Num. 06; agosto de 1941) p.42

com Vargas que implantou um sistema política que partia de princípios nacionalistas, em busca de um regime integralista.

Nas edições da revista Cultura Política analisadas somente o artigo acima mencionado e analisou o passado político do país. Porém, constantemente em outros textos e volumes apareceram críticas ao passado nacional e propagandas do novo sistema político brasileiro.

Para o Ministro da Guerra, em discurso publicado novembro de 41, o Brasil atingia sua juventude com o Estado Novo e com a sua carta política a Constituição brasileira de 10 de novembro de 1937. Conseguiu, finalmente, quebrar as doutrinas que tanto ameaçava o destino do país e implantar um novo sistema elevando a justiça social, mediante um regime nacionalista, efetivamente preocupado com a realidade do país e ditando um verdadeiro caminho a seguir, posto que:

“Vive entre nós este regime apenas quatro anos e, posto que tenha surgido em período de profunda crise mundial, os benefícios dele decorrentes são incontáveis. Rejuvenesceu tudo e a tudo deu novo e salutar impulso, imprimindo a todos os negócios nacionais a mais vigor e energia. O Brasil desconhecido e abúlico é atualmente uma Nação, uma Pátria respeitada que ressurge no cenário mundial como uma comunidade onde há uma só língua, uma Lei suprema e onde impera uma só vontade: a Vontade Nacional.”¹¹⁴

A nova política foi encarada como a solução dos problemas nacionais, única capaz de dirigir os interesses da nação e conduzi-la para o desenvolvimento, afastando o país da crescente crise que agoniava o mundo naquele momento.

Neste mesmo número o sistema político de Vargas foi objeto de análise de Jaime de Barros, ministro das relações exteriores. Inicialmente, ele retomou as críticas da má formação histórica política do país, afirmando que após queda do Império, o Brasil encontrou dificuldades de ordem econômica, política, jurídica e social. Alegou que a emancipação dos escravos, a desordem do trabalho,

¹¹⁴ Palavras do Ministro da Guerra. Publicado no 9º Volume da Revista Cultura Política, Novembro de 1941.

despovoamento dos campos e o desequilíbrio da vida rural legaram ao regime republicano, uma herança desagradável e o desafio de redimir os erros e de renovar a unidade nacional, demandas as quais a República Velha não conseguiu solucionar.¹¹⁵ Nessa lógica, somente Getúlio Vargas, homem que compreendeu as necessidades do Brasil, foi capaz de dar ao Brasil uma verdadeira revolução política, iniciada em 1930 e encerrada em 1937, com a implantação do Estado Novo.

¹¹⁵Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros) (Vol. 07; Num. 07; setembro de 1941) p.117.

Considerações Finais

Nas páginas da Revista Cultura política, no recorte aqui analisado, identificou-se uma variedade de textos incumbidos da defesa da nova ordem social política e econômica brasileira e do regime político do Estado Novo. Conclamou-se pela união de todos para a construção de uma nova nação, calcada em propostas nacionalistas tanto no cenário político como no campo social, a partir da perspectiva de que todos os brasileiros eram responsáveis pela evolução do país.

Entre os avanços sociais e políticos destacados os editoriais salientavam a conquista e a consolidação de novos direitos para os cidadãos, notadamente a modernização constitucional em 1937, as inovadoras leis de defesa dos trabalhadores, assim como, as melhorias do sistema educacional e positiva superação da tradição política oligárquica.

Defendido pelo presidente Vargas, o Estado Novo, de fato atendeu as necessidades da sociedade, mesmo sendo um regime individualista e ditatorial, não preservando a essência da democracia. Por outro lado, Vargas não escondia suas verdadeiras intenções, que era o desenvolvimento e modernização da nação.

Em busca do moderno, Getúlio Vargas, juntamente com seus apoiadores, principalmente Francisco Campos, homem que escreveu/elaborou a Carta Constitucional de 37, buscava elevar a sociedade nacional através de novas leis que atendessem as necessidades do “Novo Brasil” e quebrando com os resquícios do ruralismo vivido no passado.

Desde modo, as pretensões do governo era elevar o nível cultural e político do país, produzir novos homens educados economicamente e pedagogicamente, reformulando currículos escolares e construindo uma escola nova, capaz de ajudar e solucionar os problemas nacionais. Interesses que foram divulgados nas páginas da Revista Cultura Política.

Os seus artigos na maioria foram de defesa e apoio de manutenção do sistema de governo varguista, destacando a necessidade de união de todos os brasileiros para a busca desse novo método de pensar e agir. Percebemos assim, que com os discursos políticos propunha a reformulação da sociedade nacional como

um todo, o desafio não era somente reescrever história do país, mas construí-lo a partir de então sobre novas bases.

Outro aspecto a ser destacado é a constante interpretação negativa do passado nacional, diversas vezes depreciado nos discursos do presidente Vargas e nas páginas da Revista Cultura Política. Questionava-se tanto a formação do país como o próprio cidadão brasileiro, condição que seria superada, na ótica apontada, mediante a plena consolidação do novo sistema político brasileiro, ou seja, com e a partir do Estado Novo.

Em suma os discursos presente na revista acentuavam que o país passava pelo processo de “re-nascimento” com o Estado Novo, o que em certa medida coaduna-se com a visão positiva que sobreviveu ao regime. Evidentemente, que não se pode deixar de levar em conta que realmente o regime varguista teve grande influência sobre a época e até mesmo sobre períodos posteriores na história do Brasil. Também não há como negar e mencionar a figura de Getúlio Vargas que ainda é considerado um dos grandes homens estadista do Estado nacional, então em certo sentido o discurso indicado na revista e as prática se aproximaram sustentando-se um ao outro numa simbiose que se fundiu na construção mítica do Estado Novo e do líder Getúlio Vargas.

Fontes documentais

- Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros).** Imprensa Nacional - Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro. Vol. 01; Num. 1; mar. 1941.
- Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros).** Imprensa Nacional - Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro. Vol. 02; Num. 2; abr. 1941.
- Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros).** Imprensa Nacional - Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro. Vol. 03; Num. 3; maio. 1941.
- Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros).** Imprensa Nacional - Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro. Vol. 04; Num. 4; junho. 1941.
- Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros).** Imprensa Nacional - Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro. Vol. 05; Num. 5; agosto. 1941.
- Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros).** Imprensa Nacional - Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro. Vol. 06; Num. 6; setembro. 1941.
- Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros).** Imprensa Nacional - Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro. Vol. 07; Num. 7; outubro. 1941.
- Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros).** Imprensa Nacional - Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro. Vol. 08; Num. 8; novembro. 1941.
- Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros).** Imprensa Nacional - Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro. Vol. 09; Num. 9; dezembro. 1941.
- Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros).** Imprensa Nacional - Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro. Vol. 10; Num. 10; jan. 1942.
- Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros).** Imprensa Nacional - Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro. Vol. 11; Num. 11; fev. 1942.
- Cultura Política (Rev. Mensal de Estudos Brasileiros).** Imprensa Nacional - Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro. Vol. 12; Num. 12; mar. 1942.

Bibliografia

- ALVES, Eliete. *Alcântara Machado: um perfil do intelectual e político paulista e o projeto do código criminal brasileiro (1937/42)*. Faculdade de História, Direito e Serviço Social: Franca: São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado – História). pp. 31-33.
- AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. p. 177.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In. In. PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. pp. 53-72. pp. 138-40.
- CAMARGO, Dulce Pandolfi, (etall). *O Golpe Silencioso: as origens da Republica corporativa*. Rio de Janeiro: Rio fundo, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda Política e controle dos meios de comunicação. In. PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. pp. 174-5.
- Carvalho, José Murilo de. Vargas e os Militares: Aprendiz De Feiticeiro. In D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ, FGV, 1999. p. 69.
- CASTRO, Cláudio de Moura & OLIVEIRA, João Batista de Araújo e. Formação Profissional na Nova América Latina: problema ou solução? In: *Anuário de Educação1994*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. pp. 99-118.
- CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: UNESP; FAPESP, 2000. pp. 16-7.
- DULLES, Jhon W. F. *Getúlio Vargas: biografia política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renes, 1976. pp; 183-6.
- DUTRA, Eliana. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil nos anos 30*. Belo Horizonte, Rio de Rio Janeiro: UFMG, UFRJ, 1998. pp. 16-7.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade Oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e Trabalho no Estado Novo. In. PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 55.

- JAHAR GARCIA, Nelson. *Estado Novo. Ideologia e Propaganda*. São Paulo: Loyola, 1990. pp. 103-104.
- Octavio Ianni – Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-19070), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, p.14.
- PEIXOTO, Maria de Rosário da Cunha. VIEIRA, Maria do P Araújo e outros. Pesquisa em História. p.17. JAHAR GARCIA, Nelson. *Estado Novo. Ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1990.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet& COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra/Edusp, 1984.
- SILVA, Paulo Sérgio. A Constituição brasileira de 10 de novembro de 1937: um retrato com luz e sombra – São Paulo: Ed. UNESP, 2008
- THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria. Ed. Zahar, 1981. p. 59
- VIANA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. 2ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939. p. 207.